

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.860.908 - RS (2020/0027959-6)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**RECORRIDO : JEFERSON HENRIQUE ANHANHA CRESPIN (PRESO)**  
**ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676 DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão, assim ementado:

APELAÇÃO. CÓDIGO PENAL CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. ART. 157, §2º II. ROUBO. CONCURSO DE AGENTES. EXISTÊNCIA DO FATO E AUTORIA.

Acusado que, em comunhão de esforços e conjunção de vontades com outro agente não identificado, fazendo menção de estar armado e proferindo ameaças verbais, abordou as vítimas em via pública e delas subtraiu uma chave veicular e um telefone celular. Existência e autoria do fato comprovadas.

Condenação mantida.

PALAVRA DA VÍTIMA.

Em delitos como o da espécie, não raras vezes cometidos sem a presença de testemunhas, a palavra da vítima merece ser recepcionada com especial valor para a elucidação do fato, sob pena de não ser possível a responsabilização penal do autor desse tipo de ilícito patrimonial.

MAJORANTE. CONCURSO DE PESSOAS.

O 'modus operandi' da ação criminosa demonstra que houve prévio ajuste entre o réu e mais um indivíduo, os quais se auxiliaram reciprocamente e agiram com divisão de tarefas.

DECLASSIFICAÇÃO PARA FURTO.

O delito de roubo, diferentemente do furto, se caracteriza pela presença de violência ou grave ameaça à pessoa, como no presente caso, onde, segundo firme relato das vítimas, o acusado exigiu a entrega de seus bens, referindo que se não o fizessem "os queimaria", fazendo menção de portar uma arma de fogo.

TENTATIVA.

Reconhecida a forma tentada do delito de roubo, por maioria.

PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE.

Pena privativa de liberdade reduzida para 'dois anos e oito meses de reclusão', por maioria.

PENA DE MULTA.

Fixada no mínimo legal.

REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA .

# Superior Tribunal de Justiça

Aplicado o regime aberto, nos termos do voto vencedor.

PENAS SUBSTITUTIVAS. SURSIS.

Incabível a substituição ou suspensão condicional, pois se trata de pena superior a quatro anos e crime cometido com grave ameaça à pessoa.

EXECUÇÃO PROVISÓRIA.

Fixado o regime semiaberto, ainda que possível a execução provisória da pena, conveniente aguardar o trânsito em julgado, para que no âmbito da execução penal seja examinada a forma de cumprimento.

APELO DEFENSIVO PROVIDO, POR MAIORIA,

Nas razões recursais, sustenta o Ministério Público, em síntese, que o Tribunal *a quo*, ao desclassificar o delito de roubo consumado para a modalidade tentada, sob o fundamento de que o recorrido não obteve a posse mansa e pacífica do objeto subtraído, além de contrariar o art. 14, I e II, do CP, divergiu do entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial 1.499.050/RJ.

Requer o provimento do recurso especial para restabelecer o reconhecimento da prática do crime de roubo na modalidade consumada.

Apresentadas contrarrazões às fls. 232-238 e admitido na origem, manifestou-se o Ministério Público Federal pelo provimento do recurso.

É o relatório.

DECIDO.

Pretende o Ministério Público o restabelecimento da prática do crime de roubo na modalidade consumada.

O voto condutor do acórdão recorrido, no que interessa, está assim fundamentado (fls. 206-207):

**No caso dos autos, o réu não obteve a posse tranquila** e não alcançou o resultado desejado, sendo inapropriado, no meu ponto de vista, considerar consumado o delito.

Como se vê, mostra-se incontroverso o fato de que houve a inversão da posse da *res furtiva*, ainda que por breve espaço de tempo, com o emprego de violência, motivo pelo qual deve ser mantido o reconhecimento do crime consumado.

A teor da Súmula 582/STJ, tem-se a consumação do crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, **sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada.**

Sendo assim, o acórdão combatido está em dissonância com o

entendimento proferido no recurso especial julgado sob o rito do art. 543-C do CPC, REsp 1.499.050/RJ, publicado no DJe de 9/11/2015, no sentido de que consumado *o crime de roubo com a inversão da posse do bem, mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida a perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada*, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada, nos termos da seguinte ementa:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSAMENTO SOB O RITO DO ART. 543-C DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. **ROUBO. MOMENTO CONSUMATIVO. POSSE MANSA E PACÍFICA DA RES FURTIVA. DESNECESSIDADE.** RECURSO PROVIDO.

1. Recurso Especial processado sob o regime previsto no art. 543-C, § 2º, do CPC, c/c o art. 3º do CPP, e na Resolução n. 8/2008 do STJ. TESE: Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem, mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida a perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada.

2. **A jurisprudência pacífica desta Corte Superior e do Supremo Tribunal Federal é de que o crime de roubo se consuma no momento em que o agente se torna possuidor da coisa subtraída, mediante violência ou grave ameaça, ainda que haja imediata perseguição e prisão, sendo prescindível que o objeto subtraído saia da esfera de vigilância da vítima.** Jurisprudência do STF (evolução).

3. Recurso especial representativo de controvérsia provido para, reconhecendo que a consumação do crime de roubo independe da posse mansa e pacífica da res furtiva, restabelecer a pena e o regime prisional fixados na sentença (REsp 1499050/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/10/2015, DJe 09/11/2015).

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para restabelecer a sentença de primeiro grau.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator